

# Governo federal garante apoio a obras emergenciais para resolver a crise da água

Estado obtém ajuda da União para intervenção que aumentará a captação no reservatório do Rio Manso

O governador Fernando Pimentel recebeu ontem o apoio da presidenta Dilma Rousseff para execução, ainda neste ano, de obra emergencial para enfrentar a falta de água no Estado. Em reunião com a presença do ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, e da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, a presidenta garantiu ajuda federal para aumentar a captação de água na bacia do Rio Paraopeba, obra que deverá estar concluída até novembro.

“É uma obra emergencial, que vai aumentar a captação de água em reservatório do Rio Manso em quatro a cinco

metros cúbicos por segundo. Mas para atravessar o ano, é preciso reduzir o consumo, principalmente na Região Metropolitana”, afirmou o governador, lembrando que outras medidas poderão ser tomadas ao longo de 2015. “Nossa meta é uma redução de 30%. Se isso não for suficiente, vamos para o rodízio. E se ainda assim não for suficiente, vamos para o racionamento”, acrescentou Pimentel.

O ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, afirmou que equipes técnicas dos governos federal e estadual vão analisar qual será a melhor forma de parti-

cipação para a execução da obra. “O projeto final está em elaboração. Por isso, ainda não tem valor definido, mas será feito um aditivo a contrato de PPP já existente, incluindo medidas para aumentar a vazão do reservatório”, disse.

**PROBLEMA** - O governador destacou que o problema já deveria ter sido enfrentado pelo Estado desde o ano passado. “A Agência Nacional de Águas fez dois alertas à Copasa, em agosto e setembro, mas isso não foi levado em consideração pela empresa. A população mineira não foi comunicada da gravidade da situação.

Algumas medidas poderiam ter sido adotadas em meados do ano passado e não foram. Vão ter que ser adotadas agora com atraso e, portanto, com mais intensidade”, disse Pimentel.

“Em janeiro de 2014 os reservatórios estavam com 70% de sua capacidade. Hoje, este índice caiu para 30%. Estava muito claro que algo poderia ter sido feito para amenizar o problema. Outras obras de longo prazo serão executadas para atender o consumo do Estado até 2050. Vamos construir mais um sistema de abastecimento na Região Metropolitana. Mas são

obras que demoram de três a quatro anos. Hoje, o que precisamos é reduzir o consumo e implantar medidas emergenciais” concluiu Fernando Pimentel.

“Para atravessar o ano, é preciso reduzir o consumo principalmente na Região Metropolitana”

## Publicado decreto que cria força-tarefa para gerir o abastecimento

Decreto do governador Fernando Pimentel, criando a força-tarefa para gerir o abastecimento de água no Estado, foi publicado na edição de ontem, do MINAS GERAIS. A força-tarefa é formada por 12 órgãos e entidades, entre eles a Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag), Copasa e Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam).

A medida se baseia nos dados do relatório Panorama Atual do Abastecimento de Água, elaborado pela Copasa, que apontam como crítica a situação do abastecimento de água potável, especialmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Sociedade civil, instituições privadas, órgãos federais e outros parceiros podem ser acionados pela Seplag, coordenadora do grupo, que deverá atuar de maneira articulada com o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH-MG).

**AÇÕES** - Os demais órgãos ligados ao poder executivo, direta e indiretamente, deverão apoiar as



RENATO COBUCCI

Integrantes do grupo discutem ações para enfrentamento da falta de água

ações, fornecendo informações, técnicos e gestores necessários ao desenvolvimento dos trabalhos. A força-tarefa deverá encaminhar ao governador, no prazo 180 dias, relatório final contendo a descrição das atividades realizadas, os fatos examinados, as conclusões obtidas e as recomendações devidas.

O decreto lista sete objetivos

centrais da força-tarefa:

- I - Propor diretrizes relativas ao uso sustentável dos recursos hídricos, assegurando propostas para solução do problema;
- II - Estimular a articulação interinstitucional para a execução das ações definidas no decreto;
- III - Promover a otimização dos recursos hídricos a partir

do planejamento integrado dos órgãos e entidades;

- IV - Incentivar atividades educativas e de conscientização de utilização, preservação e recuperação dos recursos hídricos no Estado;
- V - Debater medidas necessárias à preservação e recuperação dos recursos hídricos;
- VI - Produzir relatórios mensais

de monitoramento e avaliação da implementação das ações setoriais a cargo do Estado, voltadas ao gerenciamento dos recursos hídricos.

VII - Propor medidas que busquem superar eventuais dificuldades de implementação das ações setoriais a cargo do Estado, voltadas ao gerenciamento dos recursos hídricos.



Economizar água e energia. Isto é cidadania.